



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8318

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Resolução

**Categoria:** Contas do Município Aprovadas

**Autoria:** Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

**Data:** 15/03/2011

**Descrição Sumária:** RESOLUÇÃO Nº 08, de 10/05/2011. Dispõe sobre a Prestação de Contas do Município de Montes Claros, relativas ao exercício financeiro de 2008. (Aprovadas).

**Controle Interno – Caixa:** 2.1

**Posição:** 08

**Número de folhas:** 33

---

Expediente: PR  
Categoria: Conta aprovada  
CX: 2.1  
Piden: 08  
nº fls: 30



Resolução 08/2011  
10.05.2011

## Câmara Municipal de Montes Claros

### PRESTAÇÃO DE CONTAS 2008

AUTOR:

Tribunal de Contas de Minas Gerais

ASSUNTO:

Prestação de Contas do Município de Montes Claros, Relativas ao  
Exercício Financeiro de 2008.

### MOVIMENTO

Entrada em 15/03/2011

Comissão de Finanças Orçamento e Tomada de Contas

- 1 -
- 2 - APROVAÇÃO EM ÚNICA EM. 10.05.2011
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**RESOLUÇÃO Nº 08, de 10 de maio de 2.011.**

***Dispõe sobre as contas do Município de Montes Claros (MG) referentes ao exercício financeiro do ano de 2.008.***

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** - Ficam aprovadas as Contas do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, referentes ao exercício financeiro de 2.008 (dois mil e oito), nos termos do Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 10 de maio de 2.011.

**Vereador – Valcir Soares Silva**  
**Presidente da Câmara**

**Vereador – Sebastião Ideu Maia**  
**1º Secretário**

**Certidão de Publicação**

Certifico, nos termos do Art. 96, da L.O.M., que o(a) Resolução n.º 08, de 10 de maio de 2011 foi afixado(a) no Quadro de Avisos localizado no hall do 2º. piso do edifício sede da Câmara Municipal de Montes Claros, em 10/05/11, para se tornar público(a).

Por ser verdade, firmo a presente.

Montes Claros-MG, 10 de maio de 20 11.

*[Assinatura]*  
Gerente Administrativo

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG**

A presente cópia confere com o original em poder deste legislativo

Montes Claros: 10 de maio de 2011.

Funcionário: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

*[Assinatura]*  
Flávia Solange Rosa  
Gerente Administrativo



# Câmara Municipal de Montes Claros

Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 - Centro - CEP 39.400-466 - Montes Claros - MG - PABX: (38) 3690-5400 - Fax: (38) 3690.5400 -

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/2011

**“Dispõe Sobre as Contas do Município de Montes Claros(MG) Referentes ao Exercício Financeiro de 2008.”**

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG., aprovou e eu, Presidente desta casa, promulgo a seguinte Resolução:

**Art. 1º** - Ficam aprovadas as contas do Município de Montes Claros(MG), referentes ao exercício financeiro de 2008, nos termos do Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação revogando disposições em contrário.

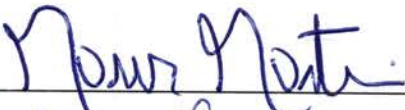

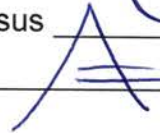
Sala das sessões, 11 de abril de 2011.

Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice-Presidente: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 12 DE ABRIL DE 2011  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM \_\_\_\_ SÉSSÃO POR  
ÚNICA  
EM 10 DE MAIO DE 2011  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Secretaria da 1ª Câmara**  
**Coordenadoria de Apoio à 1ª Câmara**  
**Intimação nº 2.349 / 2011**  
**Processo nº 781.993 - Exercício de 2008**  
**Prefeitura Municipal de Montes Claros**

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2011.

Senhor (a) Presidente,

Por ordem da Excelentíssima Senhora Presidente da 1ª Câmara deste Tribunal, Conselheira Adriene Andrade, encaminho-lhe o parecer prévio emitido sobre as contas desse Município referente ao processo acima epigrafado e constante nas Notas Taquigráficas, que seguem acompanhadas do relatório da unidade técnica competente, em cópia anexa.

Cientifico-lhe que, após o julgamento das contas pela egrégia Câmara Municipal, consoante disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 102, de 18/01/2008, deverá ser enviada a este Tribunal cópia autenticada da Resolução, bem como das Atas das sessões em que a matéria foi discutida e votada, contendo a relação nominal dos Edis presentes e o resultado numérico da votação.

Cientifico-lhe, ainda, que o descumprimento da remessa dos documentos listados, no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, previsto no parágrafo único do dispositivo legal retro mencionado, poderá ensejar aplicação de multa prevista no inciso IX, do artigo 85 da Lei Complementar 102/08, bem como a remessa dos autos ao Ministério Público para adoção das medidas legais cabíveis.

Atenciosamente,

Reginaldo de Pádua Ribeiro  
Coordenador de Área

Exmo (a). Senhor (a)  
Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

**COMUNICADO IMPORTANTE**

Nos termos do disposto no art. 20 da Resolução n. 10/2010, a partir do dia 04/11/10 as publicações e divulgações do Tribunal se darão, exclusivamente, por meio do Diário Oficial de Contas

**Acesse: [doc.tce.mg.gov.br](http://doc.tce.mg.gov.br)**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



**Diretoria de Análise Formal de Contas - DAC**

Departamento de Análise de Contas Municipais e da Gestão Fiscal - DECOM

*Coordenadoria de Área de Análise de Contas do Executivo Municipal – CAE*

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

EXERCÍCIO: 2008

PROCESSO: 781993

**REEXAME**

Tratam os autos da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros do exercício de 2008, que retornam a esta Coordenadoria para manifestação sobre a juntada de documentos efetuada (fls. 39 a 61), após abertura de vista determinada pelo Exmo Sr. Relator (fl. 32).

Considerando a defesa apresentada acerca das irregularidades apontadas no exame inicial (fls. 07 a 30), sintetizadas na fl.13, efetuamos o presente reexame (fls. 69 a 74), nos termos da Resolução n. 04, de 27 de maio de 2009, ressaltando que os demais itens da execução orçamentária, financeira e patrimonial poderão ensejar outras ações de controle deste Tribunal de Contas.

Conclui-se, s.m.j., que não obstante a infringência ao art. 43 da Lei 4.320/64, salienta-se que a despesa empenhada foi inferior aos créditos autorizados sujeitando as contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal ao disposto no inciso II, art. 240, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

À consideração superior,

CAE/DECOM/DAC, em 14 / 10 /2009

  
Maria da Glória Assunção Duarte  
Inspetor de Controle Externo  
TC – 1482-3



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**



Exercício: 2008

Processo Número: 781993

Município: MONTES CLAROS

**II - Créditos Orçamentários e Adicionais**

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2008 foi aprovada sob nº 3.829  
Receita e Despesa Orçada: R\$ 451.815.000,00

<b>1- DOS CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	<b>Apurado</b>
1.1 - Créditos Suplementares	
Limite de Créditos Autorizados no Orçamento:	R\$ 103.917.450,00
Créditos Autorizados por Outras Leis	R\$ 0,00
<b>Total de Créditos Autorizados (A):</b>	<b>R\$ 103.917.450,00</b>

Identificação da Abertura por Fonte de Recurso	96.614.170,40
Créditos Suplementares Abertos por Anulação	R\$ 94.959.555,32
Créditos Suplementares Abertos por Superávit Financeiro	R\$ 1.654.615,08
<b>Total de Créditos Suplementares Abertos (B)</b>	<b>R\$ 96.614.170,40</b>

1.2 - Créditos Especiais	
Créditos Especiais Autorizados	R\$ 430.412,00
Créditos Especiais Realizados	R\$ 403.829,40
Créditos Especiais Excedentes	R\$ 0,00

1.3 - Demonstrativo dos Créditos Adicionais Abertos sem Recursos	
Recursos oriundos de excesso de arrecadação (A)	R\$ 0,00
Total dos Créditos Adicionais Abertos (B) (Exceto por Anulações)	R\$ 1.654.615,08
Subtotal (B - A)	R\$ 1.654.615,08
(-) Recursos oriundos de superávit financeiro	R\$ 0,00
<b>Créditos suplementares / especiais sem recursos disponíveis</b>	<b>R\$ 1.654.615,08</b>

Conforme demonstrado no subitem 1.3, foram abertos créditos suplementares / especiais no valor de R\$ 1.654.615,08 sem recursos disponíveis, contrariando o disposto no art. 43 da Lei 4.320/64.

1.4 - Créditos Disponíveis	
(Orçamentários + Adicionais exceto os abertos por anulação)	
Créditos Autorizados	R\$ 453.469.615,08
Despesa Empenhada	R\$ 415.135.887,74
Despesa Excedente	R\$ 0,00

**Considerações:**

Apontamento (fl. 08)

1. Conforme demonstrado no subitem 1.1, o município procedeu à abertura de créditos Suplementares no valor de R\$6.251.170,40 sem a devida cobertura legal, contrariando o disposto no art. 42 da Lei 4.320/64.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Exercício: 2008

Processo Número: 781993

Município: MONTES CLAROS



2. Conforme demonstrado no subitem 1.2, o município procedeu à abertura de créditos Especiais no valor de R\$46.989,40 sem a devida cobertura legal, contrariando o disposto no art. 42 da Lei 4.320/64.

3. Conforme demonstrado no subitem 1.3, foram abertos créditos suplementares / especiais no valor de R\$1.654.615,08 sem recursos disponíveis, contrariando o disposto no art. 43 da Lei 4.320/64.

Defesa (fls. 41 /42, 44 a 53)

O defendente juntou a Lei n. 2564 de 28 de novembro de 2008 que altera o art. 4º da Lei Orçamentária n. 3829 de 23 de novembro de 2007, autorizando a abertura de créditos suplementares até o limite de 23%.

Anexou ainda, novo Quadro de Créditos Suplementares, Especiais e Extraordinários, fl. 42, com o valor de créditos especiais autorizados no valor de R\$430.412,00.

Alegou também que, os créditos orçamentários abertos por superávit financeiro é em decorrência dos recursos disponíveis em 31.12.2007, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros.

Análise

O defendente enviou a Lei n. 2564 de 28 de novembro de 2008, onde se lê no art. 4º às fls. 41, a autorização para abertura de créditos Suplementares no percentual de 23% do total autorizado nesta lei.

Em relação a informação do defendente de que os créditos orçamentários abertos por superávit financeiro pertencem ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos às fls. 52/53, não acatamos essa justificativa, uma vez que conforme Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2007, fls. 73/74, não houve superávit financeiro, pelo contrário.

Ante o exposto efetuamos nova análise, permanecendo irregular este item.

Não obstante, a infringência ao art. 43 da Lei 4.320/64, salienta-se que a despesa empenhada foi inferior aos créditos autorizados ( item 1.4).

Exercício: 2008

Processo Número: 781993

Município: MONTES CLAROS



#### IV - Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

##### 1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 25,07 % da Receita Base de Cálculo.

##### 2 - Recursos do FUNDEB

Contribuição (art. 1º da Lei 11.494/07)	Recurso Recebido	Aplicação
20.474.747,22	40.368.215,23	38.798.945,36

2.1 - O Município recebeu R\$ 40.368.215,23 de recursos do FUNDEB, representando 197,16% do valor retido.

2.2 - Verificou-se a não aplicação de R\$ 1.569.269,87 (3,89)% dos recursos recebidos do FUNDEB, não ultrapassando o limite de 5% previsto no § 2º, do artigo 21, da Lei Federal 11494/07, tendo sido apurado saldo de R\$2.545.803,17 na conta Bancos.

2.3 - Com base nos dados apresentados verificou-se a aplicação de 70,40 % dos recursos recebidos do FUNDEB, com a remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades na rede pública atendendo o disposto no artigo 22 da Lei 11.494/07.

##### Considerações:

###### Apontamento (fl. 11)

O Município não informou o valor aplicado com gastos com profissionais do magistério. Apuramos na Tela de Despesas, na sub-unidade FUNDEB, gastos no montante de R\$28.419.704,00.

###### Defesa (fls. 39/40)

O defendente alegou que enviou cópia em CD prestação de contas SIACE/PCA/2008, devidamente retificada pelo Sr. Sandro Lobo Araújo, contador e diretor do tesouro municipal e responsável pela contabilidade da Prefeitura de Montes Claros.

###### Análise

Conforme fl. 43, foi enviado o anexo III - FUNDEB, onde consta o valor aplicado com gastos com os profissionais do magistério, razão pela qual retificamos o apontamento inicial quanto a este item.

Exercício: 2008

Processo Número: 781993

Município: MONTES CLAROS



**VII - Resumo das Irregularidades Apontadas na Análise Técnica**

-Irregularidades na abertura de créditos adicionais e/ou na realização dos créditos orçamentários. Fl. 69/70

CAE/DECOM/DAC, em 14/10/09

Maria da Glória Assunção Duarte  
Nome: Maria da Glória Assunção Duarte  
Cargo / TC: Técnico do Tribunal de Contas



# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Balanço Patrimonial

Exercício : 2007

Município : MONTES CLAROS

13/10/2009 - 17:44:23

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Financeiro	51.009.097,79	Passivo Financeiro	58.576.822,28
Disponível	46.436.004,36	Restos a Pagar	47.722.880,12
Caixa	13.724,93	Serviços da Dívida a Pagar	
Bancos	9.260.588,92	Depósitos	10.141.285,82
Vinculado	37.161.690,51	Débitos de Tesouraria	
Realizável	4.573.093,43	Outras Operações	712.656,34
Ações de Curto Prazo		Transferências Financeiras a Conceder	
Devedores Diversos	4.573.093,43	Passivo Permanente	94.905.791,36
Transferências Financeiras a Receber		Dívida Fundada Interna	77.297.235,28
Ativo Permanente	192.756.212,51	Por Contratos	77.297.235,28
Bens Móveis	20.487.737,74	Em Títulos	
Bens Imóveis	58.328.930,63	Dívida Fundada Externa	
Bens de Natureza Industrial		Por Contratos	
Investimentos		Em Títulos	
Investimento de Participações em Consórcios Públicos		Consórcios Públicos	
Créditos	113.446.999,39	Participações em Consórcios Públicos	
Dívida Ativa	109.752.194,21	Reservas Matemáticas	17.608.556,08
Depósitos Compulsórios		Provisão Matemática Previdenciária	17.608.556,08
Empréstimos Concedidos		Soma do Passivo Real	153.482.613,64
Outros Créditos	3.694.805,18	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	
Valores Diversos	492.544,75	Ativo Real Líquido	90.282.696,66
Ações		Soma	243.765.310,30
Almoxarifado	492.544,75	Passivo Compensado	
Soma do Ativo Real	243.765.310,30	<b>TOTAL GERAL</b>	243.765.310,30
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			
Passivo Real Descoberto			
Soma	243.765.310,30		
Ativo Compensado			



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE CONTAS MUNICIPAIS E DA GESTÃO FISCAL - DECOM  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL  
**PARECER PRÉVIO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS**



Exercício: 2008

Processo Número: 781993

Município: MONTES CLAROS

PROCESSO Nº: 781993

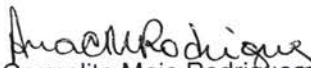
NATUREZA: Prestação de Contas Municipal

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de MONTES CLAROS


EXERCÍCIO: 2008

Submete-se a análise de fls. 68 a 74 à consideração do Sr. Diretor do DECOM.

CAE, aos 16 / 10 / 09.

  
Ana Carmelita Maia Rodrigues  
Coordenador (a) de Área  
TC 799-1

Em 20 / 10 / 09, encaminho estes autos  
ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

  
Antônio Barbosa Neto  
Diretor (a) do DECOM  
TC 5001-3



PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO: 1º/12/09

RELATOR: AUDITOR LICURGO MOURÃO

PROCESSO Nº 781993 – PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL

PROCURADORA PRESENTE À SESSÃO: MARIA CECÍLIA BORGES

---

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

AUDITOR LICURGO MOURÃO:

**PROPOSTA DE VOTO**

**PROCESSO:** 781993

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**NATUREZA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL

**EXERCÍCIO:** 2008

**RESPONSÁVEL:** ATHOS AVELINO PEREIRA

**PROCURADORA:** MARIA CECÍLIA BORGES

**1. Relatório**

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros, referente ao exercício de 2008, sob a responsabilidade do Sr. Athos Avelino Pereira.

A certidão de fls. 62 informa que o interessado, citado, apresentou sua defesa, conforme documentação anexada às fls. 39 a 61, devidamente analisada pelo órgão técnico, às fls. 66 a 75.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, às fls. 76, opinou pela emissão de parecer prévio pela aprovação com ressalva das contas.

Conforme pesquisa no SGAP realizada em 25/11/09, não foram localizados processos de inspeção no município, referentes ao exercício ora em exame

É o relatório.





## 2. Fundamentação

No mérito, passa-se à exposição dos fundamentos do posicionamento adotado.

Cingimo-nos aos pontos que, por sua relevância, repercutirão na formação de juízo quanto à aprovação ou não das contas. Os demais são incontroversos, razão pela qual não ensejam dúvidas quanto a sua consubstanciação ou, por sua imaterialidade, seu caráter formal, ou seu caráter esporádico, podem ser relevados.

De acordo com os estudos do órgão técnico, às fls. 07 a 31 e 68 a 75, não constam irregularidades nos presentes autos quanto à abertura de créditos suplementares adicionais (art. 42 da Lei 4320/64), ao repasse de recursos ao Poder Legislativo (art. 29-A, I, da CR/88), à aplicação dos índices constitucionais relativos à saúde (art. 77, § 1º do ADCT) e ao ensino (art. 212 da CR/88, incluindo os índices referentes ao FUNDEB), e quanto às despesas com pessoal (art. 19 e 20 da Lei Complementar 101/00).

### 2.1 Execução Orçamentária

O órgão técnico em seu exame inicial, às fls. 08, apontou que o Município procedeu à abertura de créditos suplementares no valor de R\$6.251.170,40 e de créditos especiais no valor de R\$46.989,40, sem a devida cobertura legal, em desacordo com o disposto no art. 42 da Lei 4.320/64. Apontou ainda a abertura de créditos suplementares/especiais, no valor de R\$1.654.615,08, sem recursos disponíveis, contrariando o disposto no art. 43 da Lei 4.320/64. Às fls. 69 e 70, em seu reexame retificou sua análise inicial, quanto aos créditos suplementares e especiais abertos sem cobertura legal

Com relação à abertura de créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis, o órgão técnico não acatou as justificativas do defendente de que os créditos orçamentários abertos por superávit financeiro pertenciam ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos, uma vez que não houve superávit financeiro no Balanço Patrimonial Consolidado do exercício de 2007, às fls. 73 e 74. Não obstante a infringência ao art. 43 da Lei 4.320/64, o órgão técnico apontou que a despesa empenhada foi inferior aos créditos autorizados.



Salienta-se que o ato de ordenar ou permitir a realização de despesas sem recursos disponíveis, contraria o que dispõem o art. 167, V, da Constituição da República de 1988 e o art. 43 da Lei 4.320/64, podendo configurar ato de improbidade administrativa (art. 11, I, c/c o art. 12, III, da Lei 8.429/92).

Diante do exposto, passo a propor.

### 3. Proposta de Voto

Considerando, que consta às fls. 76, a manifestação do Ministério Público de Contas;

Considerando a otimização da análise, através da seletividade e da racionalidade, com fundamento nas normas gerais de auditoria pública da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI, de modo a evidenciar as matérias relevantes e de maior materialidade;

Considerando o emprego da técnica de amostragem estatística para determinar a extensão do teste de auditoria de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 11.11 – Amostragem, estabelecida pela Resolução CFC nº 1.012/05;

Adoto o entendimento pela **EMIÇÃO DE PARECER PRÉVIO PELA REJEIÇÃO DAS CONTAS**, conforme art. 45, III, da LC 102/08, tendo em vista a abertura de créditos suplementares/especiais, no valor de R\$1.654.615,08, sem recursos disponíveis que configura falha grave de responsabilidade do gestor. Ainda, que sejam os autos **ENCAMINHADOS** ao Ministério Público de Contas para as providências cabíveis, em razão do desatendimento ao art. 167, V, da CR/88 e ao art. 43 da Lei 4.320/64, além da possibilidade de configuração do disposto no art. 11, I, c/c o art. 12, III, da Lei 8.429/92.

CONSELHEIRA ADRIENE ANDRADE:

Acolho a proposta de voto do Auditor Relator.



CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO GILBERTO DINIZ:

Acolho a proposta de voto do Auditor Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS ANDRADA:

Acolho a proposta de voto do Auditor Relator.

ACOLHIDA A PROPOSTA DE VOTO DO AUDITOR RELATOR, POR  
UNANIMIDADE.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS




Intimação nº 29691/2009 - 1ª Câmara

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2009.

Prezado Senhor,

Por ordem do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da 1ª Câmara, deste Tribunal, Conselheiro Antônio Carlos Andrada, comunico-lhe que, em Sessão de 1º/12/09, nos autos de nº 781993, foi emitido Parecer Prévio sobre as contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros, exercício de 2008, relativas à gestão de V. S<sup>a</sup>, conforme cópias anexas.

Atenciosamente,

  
Joeny Oliveira de Souza Furtado  
Diretora da Secretaria  
da 1ª Câmara

Ilmo. Sr.  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito, à época, do Município de Montes Claros  
Rua Tapajós, 470 – Melo  
39401-065 – MONTES CLAROS – MG

MABO



DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS  
5ª COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

**PROCESSO n. 812.357**  
**PEDIDO DE REEXAME**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**Ref. Autos n. 781.993**

**Relatório**

Trata-se de Pedido de Reexame interposto por ATHOS AVELINO PEREIRA, ex-Prefeito do Município de Montes Claros, contra decisão proferida em 01/12/2009 pela Primeira Câmara desta Corte de Contas (f.80/83 dos autos n. 781.993), que determinou a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas daquele Município, exercício 2008, pelo descumprimento do disposto no art. 43, da Lei Federal n. 4.320/64 e art. 167, V, CF/88, com a abertura de créditos adicionais sem disponibilidade financeira pelo Poder Executivo.

Inconformado com a referida decisão, o Requerente, às fls. 01 a 05, apresenta suas razões do pedido de reexame, transcritas na síntese a seguir:

- 1) Que a abertura de créditos suplementares/especiais não se dera por superávit financeiro e sim por anulação de dotações orçamentárias;
- 2) Conforme Lei e Decretos Municipais ora juntados a este pedido de reexame, os quais somam exatamente o excedente apurado como créditos sem recursos disponíveis, valor R\$1.654.615,08, perde fundamentação visto que as suplementações se lastrearam na verdade por anulações de dotações;
- 3) Tudo ocorreu por equívocos na consolidação das contas do Executivo, ao incorporar os créditos suplementares do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos, gerando discrepância entre os dados informados na prestação de contas deste para com aqueles informados na Prestação de Contas Consolidada do Executivo Municipal;



4) Diante do fato, junta documentos, escrito e em mídia CD elaborado pelo Contador responsável, com as retificações pertinentes e cópia de petição da autarquia municipal informando e esclarecendo o equívoco, fls.08/09 e 11/42;

5) Importa aduzir que a Lei Orçamentária n. 3.829 fixou o orçamento do município em R\$451.815.000,00, cujo art. 4º foi alterado de 20% para 23% o percentual para abertura de créditos suplementares, de acordo com a Lei n. 2.564, de 28/11/2008, o que admitiria suplementação em até R\$103.917.450,00 para o orçamento, no entanto, utilizou-se R\$96.614.170,40, o que configura cumprimento da legislação vigente, comprovando-se por documentos não ter havido utilização de superávit financeiro;

6) Requer, pelo exposto, que a Corte de Contas reveja a Decisão proferida pela 1ª Câmara, na sessão de 01/12/2009, sobre os autos de n. 781.993, visando novo parecer prévio com aprovação das contas do Município de Montes Claros referentes ao exercício de 2008.

Às fls.46, a Exma. Conselheira Relatora Adriene Andrade determina que esta Coordenadoria efetue análise e se manifeste também sobre o conteúdo do CD acostado às fls. 42 e a possibilidade de devolução da mídia ao Recorrente.

É o relatório.

#### Análise do Pedido de Reexame

A documentação comprobatória juntada aos autos, fls.08 a 40, que consiste em um expediente (fls.09), na Lei e nos Decretos de abertura de créditos suplementares ao orçamento do PREVMOC-Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros, os quais mostram-se condizentes com o relato de fls. 03 a 04, apresentado pela defesa e alteração de dados demonstrados na prestação de contas, às fls. 08 e 11.

Os referidos decretos informam como fonte de recursos Anulação de Dotações, em valores que totalizam R\$1.654.615,08 conforme alegou a defesa.

Mediante a documentação apresentada, os cálculos foram refeitos, ora demonstrados às fls. 51/52 deste processo, donde se constata a regularização do excedente encontrado nos autos de prestação de contas n. 781.993, às fls. 69/70 e 72, cabendo pois, sua retificação, visto que houve o atendimento ao disposto no art. 43 da Lei n. 4.320/64.



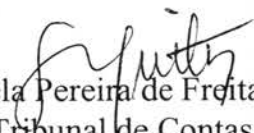


Quanto ao CD de fls.42, o exame de seu conteúdo ficou impossibilitado por falha na importação dos dados nele contidos, fls.53. Todavia, a documentação juntada foi suficiente para a análise ora desenvolvida.

Por fim, vimos, ainda, a desnecessidade de devolução do disco de mídia ao recorrente, podendo o referido objeto constar destes autos.

Submetemos a consideração superior,

5ª CFM, em 08 de abril de 2010,

  
Geraldo Magela Pereira de Freitas  
Técnico do Tribunal de Contas  
Inspetor de Controle Externo  
TC 0970-6

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS

Exercício: 2008  
Município: MONTES CLAROS

Processo Número: 781993



## II - Créditos Orçamentários e Adicionais

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2008 foi aprovada sob nº 3.829  
Receita e Despesa Orçada: R\$ 451.815.000,00

1- DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	Apurado
1.1 - Créditos Suplementares	
Limite de Créditos Autorizados no Orçamento:	R\$ 103.917.450,00
Créditos Autorizados por Outras Leis	R\$ 96.614.170,40
Total de Créditos Autorizados (A):	R\$ 200.531.620,40
Identificação da Abertura por Fonte de Recurso	
Créditos Suplementares Abertos por Anulação	R\$ 96.614.170,40
Total de Créditos Suplementares Abertos (B)	R\$ 96.614.170,40
1.2 - Créditos Especiais	
Créditos Especiais Autorizados	R\$ 430.412,00
Créditos Especiais Realizados	R\$ 403.829,40
Créditos Especiais Excedentes	R\$ 0,00
1.3 - Créditos Disponíveis	
(Orçamentários + Adicionais exceto os abertos por anulação)	
Créditos Autorizados	R\$ 451.815.000,00
Despesa Empenhada	R\$ 415.135.887,74
Despesa Excedente	R\$ 0,00

### Considerações:

Apontamento (fls. 69/70 e 72 - processo PCA n. 781.993) :

Abertura de créditos suplementares/especiais sem recursos disponíveis no valor de R\$1.654.615,08 contrariando o art. 43 da Lei n. 4.320/64.

Defesa ( fls. 01 a 05 e 08 a 42, processo n. 812.357 - pedido de reexame) :

Alega o defendente que a irregularidade apurada decorre de equívocos por ocasião da consolidação das contas municipais, constatando-se uma discrepância entre os dados do Executivo Municipal e do Instituto de Previdência Municipal. Confirma a inexistência da fonte de recursos "superávit financeiro" apurada pelo Tribunal de Contas e altera a informação para a fonte "anulações de dotações orçamentárias", juntando Lei e Decretos Municipais para comprovar a importância de R\$1.654.615,08 tida como excedente. Além da comprovação por documento escritural, anexa um de mídia CD.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Exercício: 2008

Processo Número: 781993

Município: MONTES CLAROS

5ª Coord. Municipal

Fl. nº 52

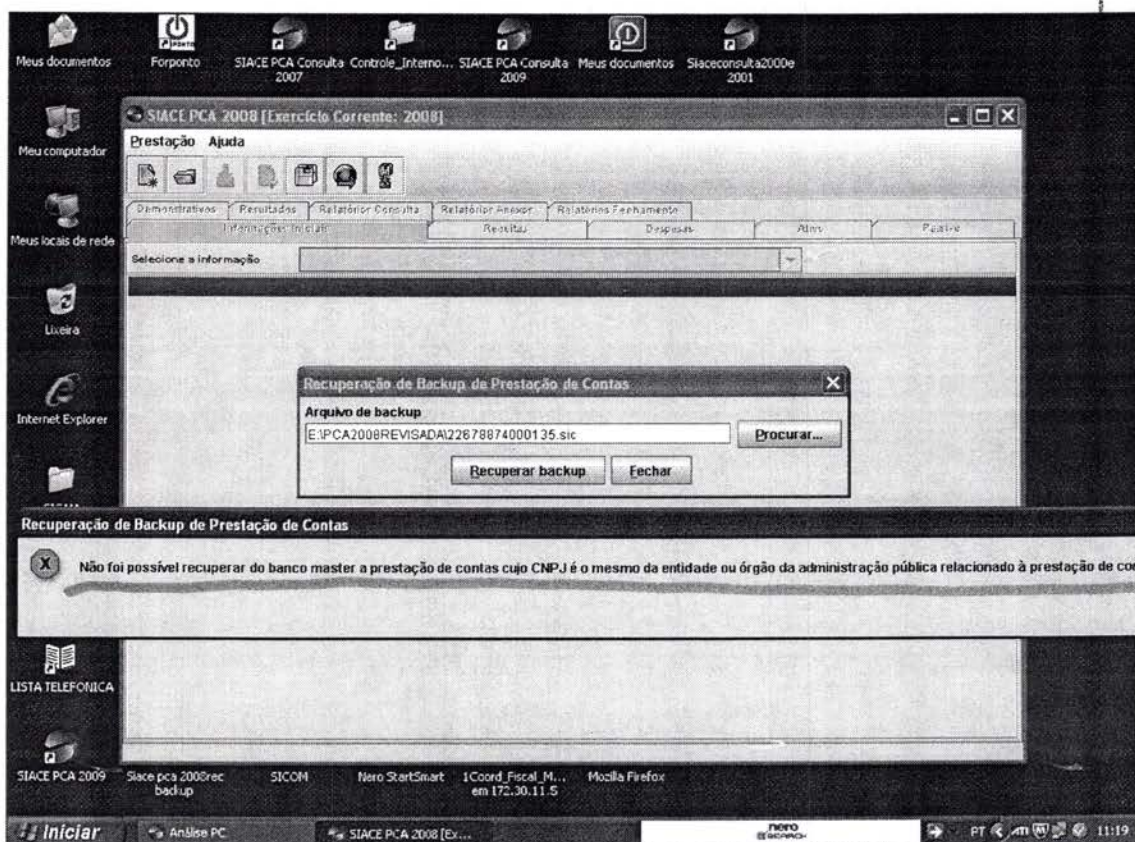
VISTO

Análise :

Observa-se que as cópias dos Decretos de fls. 12 a 35 dizem respeito a suplementações no PREVMOC-Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros, tendo por fonte anulação de dotações orçamentárias, dados que são compatíveis com o Quadro atualizado da prestação de contas, sobre os créditos Suplementares e Especiais, às fls. 08, constante às fls. 03-infra.

Diante do relato da defesa, consonante com os comprovantes anexados, constata-se a regularidade frente ao art. 43 da Lei n.4.320/64, retificando-se o apontamento inicial.

CFM/GEM  
5º Coord. Municipal  
Fl. nº 53  
V. 1







TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS  
5ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios



Processo nº: 812.357  
Natureza: PEDIDO DE REEXAME (Apensos Proc.s 781.993 e 812.282)  
Órgão Prefeitura Municipal de Montes Claros  
Exercício 2008  
Responsável Sr. ATHOS AVELINO PEREIRA – (Prefeito Municipal à época)

Aos 09 de junho de 2010 e nos termos do Art.150 da Resolução n. 12/2008 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - encaminho o exame técnico de fls. 48 a 50 ao Exma. Senhora Conselheira Relatora.

*Adilson Duarte da Costa*  
Coordenador de Área da 5ª Coordenadoria  
de Fiscalização dos Municípios  
TC 1624-9



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão – Primeira Câmara



Processo: **812357**

Natureza: Pedido de Reexame

Exercício financeiro: 2008

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Montes Claros

Recorrente: Athos Avelino Pereira, Prefeito Municipal à época

Procurador(es): Otávio Augusto N. de Melo Franco, OAB/MG 67152

Apensado à Prestação de Contas Municipal n. **781993**, que tem como apenso o Pedido de Reexame n. **812282**

Representante do Ministério Público: Maria Cecília Borges

Relatora: Conselheira Adriene Andrade

*Ementa: Pedido de Reexame interposto por ex-Prefeito Municipal, em face de decisão prolatada pela Primeira Câmara deste Tribunal na Sessão de 01/12/2009, que emitiu Parecer Prévio pela rejeição das contas no processo de Prestação de Contas Municipal, tendo em vista a abertura de créditos suplementares/especiais sem recursos disponíveis – Preliminar: Recurso tempestivo, próprio, e Recorrente parte legítima – Conhecimento do Pedido, consoante juízo de admissibilidade exarado nos autos – Mérito: Comprovado nos autos que a abertura de créditos suplementares e especiais se deu por meio de anulação de dotações orçamentárias, em atendimento ao disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei n. 4320/64 – Dado provimento ao Pedido de Reexame, para que seja emitido Parecer Prévio pela aprovação das contas – Art. 240, I, do Regimento Interno deste Tribunal.*

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de n. **812357**, **781993** e **apenso**, relativos ao Pedido de Reexame interposto por Athos Avelino Pereira, Prefeito do Município de Montes Claros no exercício de 2008, em face do Parecer Prévio pela rejeição das contas, emitido pela Primeira Câmara deste Tribunal na Sessão de 01/12/2009, nos autos de n. 781993, Prestação de Contas Municipal, em razão da abertura de créditos suplementares/especiais sem recursos disponíveis, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas, incorporado neste o relatório, por unanimidade, diante das razões expendidas no voto da Relatora, preliminarmente, em conhecer do Recurso, por ser tempestivo, próprio, e por ser o Recorrente parte legítima, consoante juízo de admissibilidade exarado às fls. 46 e 47 dos autos; e, no

*CS*



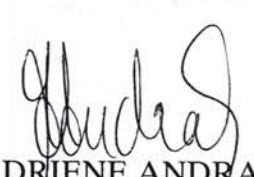
# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS




mérito, em dar-lhe provimento, para que seja emitido Parecer Prévio pela aprovação das contas do exercício de 2008 do mencionado Prefeito, nos termos do art. 240, I, do Regimento Interno deste Tribunal, uma vez que restou comprovado nos autos que a abertura de créditos suplementares e especiais se deu por meio de anulação de dotações orçamentárias, em atendimento ao disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei n. 4320/64.

Plenário Governador Milton Campos, 17 de agosto de 2010.

  
ANTÔNIO CARLOS ANDRADA  
Presidente

  
ADRIENE ANDRADE  
Relatora

Fui presente:

  
CLÁUDIO COUTO TERRÃO  
Procurador do Ministério Público  
junto ao Tribunal de Contas

FG/FAM/OMC

## CERTIDÃO

Certifico que o "Minas Gerais" de 25 09 10 publicou a Súmula do Acórdão supra para ciência das partes.

Tribunal de Contas, aos 27 09 10

 1843-8  
COORDENADORA DE ÁREA DE ACÓRDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇ  
AMENTO TOMADA DE CONTAS  
EM 15 DE MARÇO DE 2011  
  
PRESIDENTE





# **Câmara Municipal de Montes Claros**

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

## **PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG .**



Dos Membros da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas desta Casa Legislativa para a Mesa Diretora.

### **I - RELATÓRIO**

1.1. Versam os autos sobre análise de prestação de contas do Município de Montes Claros, referente ao exercício financeiro de 2008, sob o Processo - Nº 812357 sendo Prefeito Municipal à época, Sr. Athos Avelino Pereira, devidamente encaminhada pelo Presidente da Câmara Municipal à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, nos termos do Art. 69 do Regimento Interno e que dentre outros submete aos seus pares.

1.2- Devidamente autuado o referido processo, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Montes Claros notificou o ex- prefeito, Sr. Athos Avelino Pereira a fim de manifestar no processo no prazo legal, previsto nos artigos 40 inciso IV, 58 §§ 2º e 5º da Lei Orgânica Municipal e artigo 190 do Regimento Interno desta Casa.

1.3- Assim sendo, o Sr. Athos Avelino Pereira manifestou-se, tempestivamente, no processo de prestação de contas do exercício financeiro de 2008, no dia 28 de março de 2011, solicitando a confirmação do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, exarado às fls 64/65 do autos (folhas 21/22 da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Montes Claros), pela aprovação das contas do exercício de 2008.



# Câmara Municipal de Montes Claros

## COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

1.4- De acordo com os autos administrativos, fls 64/65- TCMG, as referidas contas, em fase de reexame, foram submetidas à apreciação do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, tendo como Relatora a Exma. Sra. Conselheira Adriene Andrade que, emitiu voto pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas referentes ao exercício de 2008, nos termos do art. 240, I, do Regimento Interno do Tribunal, uma vez que restou comprovado nos autos que a abertura dos créditos suplementares e especiais se deu por meio de dotações orçamentárias, em atendimento ao disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei 4320/64. O parecer da Relatora foi acompanhado pelos demais membros da Corte.

Sendo assim, segue a conclusão

## II \_ CONCLUSÃO:

Diante dos fatos expostos, esta Comissão é favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros, referentes ao exercício financeiro de 2008, de acordo com o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2011.

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice-Presidente: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto

**Câmara Municipal de Montes Claros – Comissões Permanentes**  
Av. João Luiz de Almeida, nº 40 - Centro- Montes Claros/ MG - CEP 39400-466

Site: [WWW.cmmoc.mg.gov.br](http://WWW.cmmoc.mg.gov.br)

Tel/ Fax:: (0xx38) 3690.5400



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-MG

OF/ GP/ Nº 125/2011

Serviço: Presidência da Câmara Municipal de Montes Claros

Assunto: Notificação (faz)

Montes Claros, 22 de março de 2011.

Excelentíssimo Senhor,

Por solicitação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Montes Claros, encaminho a V.Exa., nos termos dos artigos 40 inciso IV, 58 §§ 2º e 5º da Lei Orgânica Municipal e artigo 190 do Regimento Interno desta Casa, cópia do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativo às contas do exercício financeiro de 2008 do Município de Montes Claros.

Notificando, V. Exa., para, caso houver interesse, manifestar-se no processo, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento.

Cientificando-lhe que a não manifestação, no prazo fixado, poderá implicar apreciação com base no atual estágio de instrução em que se encontra o processo.

Neste ensejo, externamos nossos protestos de mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Vereador Valcir Soares Silva

Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros – MG

Exmo. Sr.

Athos Avelino Pereira

Ex - Prefeito do Município de Montes Claros – MG

Montes Claros - MG

*Recebi em  
23/03/2011  
[assinatura]*

**Câmara Municipal de Montes Claros – Gabinete da Presidência**

Av. João Luiz de Almeida, nº 40 - Centro- Montes Claros/ MG - CEP 39400-466

Site: [WWW.cmmoc.mg.gov.br](http://WWW.cmmoc.mg.gov.br)

Tel/ Fax: (0xx38) 3690.5400



Montes Claros, 28 de março de 2011.

Excelentíssimo Sr. Presidente,

Com atenciosa visita, acuso o recebimento do OF/ GP/ Nº 125/2011, relativo às contas do exercício financeiro de 2008 do Município de Montes Claros.

Pelo presente, venho solicitar, desta Egrégia Câmara de Vereadores, a confirmação do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, exarado às folhas 64/65 dos autos (folhas 21/22 da Comissão de Finanças e Orçamento do Município de Montes Claros), pela aprovação das contas do exercício de 2008.

Agradecendo a especial atenção de V.Exa., reitero-lhe as minhas elevadas manifestações de estima e consideração.

Cordialmente,



Athos Avelino Pereira

Ex- Prefeito de Montes Claros



Exmo. Sr.

Vereador Valcir Soares Silva

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros - MG





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO 12/2011 QUE VERSA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008. DE AUTORIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS.**

Projeto de Resolução que versa sobre a Prestação de Contas do Município de Montes Claros relativas ao exercício financeiro de 2008, enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Conforme denota-se de todo o procedimento, foram apreciadas as contas do Município de Montes Claros relativas ao exercício financeiro de 2008, sendo que foram seguidos os trâmites legais, bem como, assegurado ao então prefeito o direito ao contraditório e à ampla defesa, inclusive exercidos através de manifestação por parte do mesmo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de resolução é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 14 de abril de 2011.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/2011**

**AUTOR: Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas**

**MATÉRIA: Prestação de Contas do Município de Montes Claros, Relativas ao Exercício Financeiro de 2008.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 12/04/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 13/04/2011.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

A presente proposição trata de Resolução da Comissão de Finanças Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Montes Claros, referentes à prestação de contas do Exercício Financeiro de 2008.

Com efeito dos documentos acostados nos autos, esta Comissão verifica que o procedimento para apreciar as contas de 2008 observou as formalidades regimentais, inclusive determinando prazo para que o gestor responsável pelas referidas contas se manifestasse no processo, assegurando, desta forma, o direito da ampla defesa e do contraditório, que foi exercido pelo interessado.

Conforme Regimento Interno, art. 190, §1º compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir Projeto de Resolução manifestando sobre as contas do Município.

Desta forma, segue a conclusão:

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Resolução que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2011.

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluque Mota: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus \_\_\_\_\_

Suplente: Rita Cristina de Souza Vieira: \_\_\_\_\_